



**ARQUIVO PÚBLICO  
DO DISTRITO FEDERAL**

**CADERNOS DE  
PESQUISA**

ISSN 1413-2524

ROSANE MONTEIL  
Universidade de Brasília - Departamento de  
Ciência da Informação e Documentação  
Curso de Arquivística

**ARQUIVÍSTICA:**  
um olhar sobre a memória

**Nº 4**  
junho/96

Governador do Distrito Federal  
CRISTOVAM BUARQUE

Vice-Governadora  
ARLETE AVELAR SAMPAIO

Secretário de Cultura e Esporte  
SILVIO TENDLER

Superintendente do ArPDF  
WALTER ALBUQUERQUE MELLO

Presidente da Novacap  
PEDRO MURRIETA SANTOS NETO

Diretor Executivo da  
Fundação Cultural do Distrito Federal  
NILSON RODRIGUES DA FONSECA

#### Conselho Editorial

Walter Albuquerque Mello - Presidente  
Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo  
Fernando Brandão  
Margareth de Souza  
Marli Guedes da Costa  
Oswaldo Sérgio Balbino dos Santos  
Sara Bernardi  
Sebastião Afonso Moreira Fonseca  
Vanderlei Batista dos Santos  
Vânia Maria Moreira Caldas  
Zila Silva

---

Foto da Capa: Construção de Ministério (detalhe)  
Fundo NOVACAP - Acervo ArPDF

# ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ISSN 1413-2524

ROSANE MONTIEL  
Universidade de Brasília - Departamento de  
Ciência da Informação e Documentação  
Curso de Arquivologia

BIBLIOTECA - ArPDF

## CADERNOS DE PESQUISA

**ARQUIVÍSTICA:**  
um olhar sobre a memória

**Nº 4**  
junho/96

ISBN 85-85245-16-6

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Nº DE TOMBO: 1635

DATA: 19/09/96

RT

930.25(817.4)

A772a

ex.02

M791

Montiel, Rosane

Arquivística: um olhar sobre a memória /  
Rosane Montiel. - Brasília : ArPDF, 1996.

16 p. - (Arquivo Público do Distrito Federal.  
Cadernos de Pesquisa, ISSN 1413-2524; 4)

ISBN 85-85245-16-6

I - Título II - Série 1 - Arquivologia

CDU 930.25

MFN: 2641

## **Apresentação**

Os estudiosos da arquivística têm revisitado, nos últimos anos, princípios e conceitos que, sob o impacto de novas tecnologias (sobretudo os desafios colocados pelos registros em meios eletrônicos), deixaram de desfrutar de consenso entre os profissionais da área. Há que reconhecer nesse salutar processo de reflexão o sintoma mais evidente das conquistas que a disciplina, no limiar do século XXI, vem alcançando em todo o mundo, como o desenvolvimento de instituições de ensino e pesquisa e a produção crescente de trabalhos de natureza teórica e metodológica.

Nossos profissionais não fogem à regra, atentos ao debate instaurado nos demais países e dispostos a enriquecê-lo com propostas originais. O quarto volume do "*Cadernos de Pesquisa*" constitui um bom exemplo da sintonia que se procura manter com a bibliografia especializada e, por que não dizer, da coragem com que se enfrentam os mais controvertidos temas.

Rosane Montiel realiza, com efeito, um mergulho profundo em águas turbulentas. Ao discutir o papel do arquivista como agente social da memória, numa perspectiva que envolve considerações de ordem cognitiva, coloca em xeque as assertivas de renomados teóricos (como Elio Lodolini e Luciana Duranti) sobre os atributos dos documentos de arquivo: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. A pretensão não é esgotar o assunto, mas estabelecer parâmetros novos e férteis para avaliar em que grau o arquivista interfere no processo de organização dos documentos. Além de cumprir com os objetivos traçados pelo Arquivo Público do Distrito Federal em sua política de divulgação de textos científicos, o trabalho de Rosane Montiel representa, sem dúvida, um instigante convite ao debate.

### **Ana Maria de Almeida Camargo**

Professora Doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Coordenadora do Sistema de Arquivos da USP. Diretora da AAB - Núcleo Regional de São Paulo.

As opiniões emitidas no texto são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor.

## ARQUIVÍSTICA: UM OLHAR SOBRE A MEMÓRIA

Rosane Montiel  
Prof<sup>a</sup>. do Curso de Arquivologia  
Universidade de Brasília

Todo documento é sempre produto de relações sociais, mediadas pelo Estado, por entidades da sociedade civil ou por indivíduos, e que se revestem de uma temporalidade definida, ao mesmo tempo em que as revelam. Os arquivos, como conjuntos de documentos organicamente vinculados às entidades que os produziram, representam uma parcela significativa do patrimônio cultural de um país, uma cidade, uma instituição, um indivíduo. Constituem-se, assim, em objetos da memória individual e coletiva e em uma importante referência para a pesquisa histórica, antropológica, sociológica, etc.

A compreensão do papel dos arquivos como uma representação das relações sociais e, portanto, do patrimônio cultural de uma sociedade, envolve inúmeras variáveis. Essas variáveis vão das reflexões sobre as técnicas e as práticas da arquivística e sua historicidade à compreensão do papel do patrimônio em suas múltiplas significações e da memória como construção social. Todo esse debate envolve um aprofundamento teórico que não pretendemos realizar aqui. Esse artigo tem por objetivo, ao contrário, elucidar questões referentes às atividades arquivísticas e que, acreditamos, poderão contribuir com a discussão sobre o papel do arquivista como agente social da memória.

A arquivística, enquanto técnica, ocupa-se dos arquivos tomados como conjuntos, como acumulações estruturadas de documentos gerados e recebidos por uma entidade no exercício das atividades que justificam a sua existência, tratando de organizá-los, preservá-los e torná-los disponíveis à consulta. Os arquivos nascem, espontaneamente, como sedimentação documental do desenvolvimento de uma atividade prática, administrativa, jurídica. Constituem-se, assim, por conjuntos de documentos, unidos entre si, reciprocamente, por um vínculo original, necessário e determinado, pelo qual cada documento condiciona os demais e é pelos demais condicionado. Trata-se, portanto, da projeção, objetivada nos testemunhos escritos (e também os audiovisuais, magnéticos e iconográficos), das funções exercidas na regulação da convivência humana.<sup>1</sup>

O papel fundamental dos arquivistas consiste na garantia da integridade física e intelectual dos documentos. Na consecução de seus objetivos, os arquivistas se orientam por alguns princípios e técnicas específicas, sendo o princípio de respeito aos

---

<sup>1</sup>LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid : La Muralla, 1993. p. 24-25.

fundos o alicerce da prática arquivística. Enunciado pelo historiador francês Natali de Wailly, em 1841, o conceito de fundo de arquivo pressupõe que todo documento deve ser deixado, ou recolocado quando for o caso, no fundo arquivístico do qual provém e, nesse, no seu lugar de origem.<sup>2</sup> O conceito de fundo de arquivo implica, portanto, na historicidade da instituição e/ou pessoa física ou jurídica geradora. Assim, considerando a unicidade de cada instituição, documentos provenientes de instituições diferentes não devem ser misturados. O desrespeito a integridade do fundo pode resultar na perda do valor de testemunho dos documentos, ou seja, na perda do contexto histórico que os conjuntos orgânicos de documentos evidenciam.

No que tange à garantia da integridade física e intelectual dos documentos, há reflexões que apontam novas perspectivas. A natureza e a confiabilidade dos documentos, sobretudo dos contemporâneos, é o eixo central da discussão proposta pela arquivista Luciana Duranti. A autora identifica no estudo da diplomática documental os elementos essenciais para a garantia da integridade dos registros. A diplomática documental explora, no nível teórico, as relações entre os documentos e as atividades das quais eles resultam<sup>3</sup>. Assim, a garantia da integridade do documento deve considerar dois pressupostos: *"... que os documentos atestam ações e transações, e que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação"*<sup>4</sup>. Esses pressupostos remetem às cinco propriedades, intrinsecamente necessárias, dos documentos: a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade.

A imparcialidade consiste na prerrogativa de que os registros são inerentemente verdadeiros *"... isto não quer dizer que as pessoas que intervêm na sua criação são livres de preconceito, mas que as razões por que eles são produzidos (para desenvolverem atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos 'na intenção ou para a posteridade', nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público"*<sup>5</sup> ou seja, o documento não contém uma verdade neutra e absoluta **de per si**, mas, por ser o resultado de um ato, permite o resgate de verdades parciais a partir das interpretações. A autenticidade implica em que as informações que os documentos veiculam sejam autênticas. A naturalidade significa a maneira como os documentos se acumulam ao longo das

---

<sup>2</sup>Embora o conceito de fundo de arquivo seja atribuído por quase todos os estudiosos da teoria arquivística a Natali de Wailly, ele surge anteriormente em algumas outras regiões e Estados. O arquivista italiano Elio Lodolini identifica os elementos que deram origem ao princípio já no século XIV. id. *ibid.* Sobre o assunto ver mais especificamente o capítulo "La reconstitución del orden originario".

<sup>3</sup>DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. São Paulo: CENADEM/Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), 1990. O dicionário define por diplomática a "disciplina que tem por objeto as espécies documentais." p. 38.

<sup>4</sup>id. *ibid.*, op. cit., p. 51.

<sup>5</sup>id. *ibid.*, op. cit., p. 51.

transações. A acumulação de maneira contínua e progressiva, dota os documentos de um elemento de coesão espontânea. O inter-relacionamento resulta da ligação dos documentos entre si por um elo criado no momento em que são produzidos. Por fim, a unicidade consiste no fato dos documentos ocuparem "... um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental..."<sup>6</sup>.

Se os arquivos representam uma forma de patrimônio cultural e aos arquivistas compete, pelo menos **a priori**, a tarefa de preservá-los, a questão que se nos coloca é a seguinte: o tratamento técnico de um arquivo resulta de uma compreensão valorativa da realidade tratada? Em outras palavras, a intervenção do arquivista na organização documental pode refletir uma concepção de mundo? O arquivista interfere, direta ou indiretamente, na construção da memória?

O problema da objetividade e da epistemologia do conhecimento tem sido largamente discutido pela filosofia e pelas ciências sociais. Não pretendemos aqui esgotar ou mesmo explorar em profundidade tema tão vasto e complexo. Nossa intenção é elucidar aspectos desse debate que permitem dialogar com a prática e a teoria arquivística.

Entre os estudiosos das ciências sociais é amplamente difundida a compreensão de que os indivíduos, e portanto, os cientistas sociais são parte de um tempo e de uma sociedade historicamente definida e que seu olhar sobre os fenômenos sociais reflete, **de per si**, uma historicidade e uma temporalidade. O historiador Eduard Carr, ao discutir a atividade do historiador como produto do seu tempo e as relações entre os indivíduos e a sociedade, afirma: "... o trabalho do historiador reflete a sociedade na qual trabalha. Não são apenas os acontecimentos que estão em fluxo. O próprio historiador está em fluxo..."<sup>7</sup>. Dessa forma, "... não se pode compreender ou apreciar completamente o trabalho do historiador a menos que se aprenda antes o ponto de vista que determinou a sua abordagem... (já) que aquele ponto de vista está ele mesmo enraizado num **background** social e histórico..."<sup>8</sup>

Nessa mesma perspectiva, Adam Schaff em seu livro "História e Verdade"<sup>9</sup> faz uma longa reflexão sobre o problema da objetividade do conhecimento da verdade na ciência da história. O autor apresenta três modelos teóricos sobre a interação sujeito-objeto: a concepção mecanicista da teoria do reflexo, segundo a qual o "... objeto do

---

<sup>6</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 52.

<sup>7</sup>CARR, Eduard. **O que é história?** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 39.

<sup>8</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 37.

<sup>9</sup>SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo : Martins Fontes, 1987.

*conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo...<sup>10</sup>; as concepções subjetivas-idealistas, que centram sua atenção sobre o sujeito a quem se atribui o papel de criador da realidade; e, por fim, a concepção denominada pelo autor como modelo ativo da teoria do reflexo, que pressupõe a interação ativa entre sujeito e objeto no processo cognitivo.*

O modelo ativo da teoria do reflexo, adotado por Adam Schaff como eixo da sua discussão, pressupõe um papel atuante do sujeito sobre o objeto do conhecimento, assim como compreende o objeto com sua existência objetiva e real. O sujeito, indivíduo, é compreendido não apenas por seus condicionamentos biológicos, mas sobretudo como um ser social. Assim, para o autor, *"... Só o indivíduo humano concreto, percebido em seu condicionamento social, é o sujeito concreto da relação cognitiva. É portanto evidente que esta relação não é e nem pode ser passiva, que o seu sujeito é sempre ativo, que introduz - e deve necessariamente introduzir - algo de si no conhecimento que é então sempre, numa acepção determinada destes termos, um processo subjetivo-objetivo..."<sup>11</sup>. Os elementos individuais no processo cognitivo também não são inteiramente subjetivos, mas ao contrário, a maneira de percepção do mundo está ligada *"... à linguagem e ao aparelho conceitual que recebemos da sociedade por intermédio da educação... (assim como) os nossos julgamentos são socialmente condicionados por sistemas de valores que aceitamos e que possuem todos um caráter de classe..."<sup>12</sup>.**

Se admitirmos que o trabalho do arquivista, mesmo sendo muito diferenciado do trabalho do historiador ou das demais ciências, desenvolva processos cognitivos, uma vez que intervém sobre um objeto e uma realidade concreta, a reflexão elaborada por Adam Schaff pode possuir alguma validade para compreensão da prática arquivística. Embora se constitua em uma atividade eminentemente técnica e prática e não propriamente científica, o arquivista tem como tarefas avaliar, classificar e descrever o conjunto de documentos produzidos por uma instituição ou indivíduo, nas suas diferentes fases. A execução dessas tarefas envolve uma compreensão da história, do papel, das funções e atividades da instituição. Tanto a compreensão da instituição, cujos documentos serão tratados, como, e sobretudo, a intervenção que se opera sobre os documentos constitui-se numa relação cognitiva entre o arquivista (sujeito) e os documentos (objeto) e reflete inexoravelmente uma relação valorativa.

Não afirmamos com isso ser impossível alcançar uma objetividade nas atividades arquivísticas. O próprio Adam Schaff afirma que o conhecimento e suas

<sup>10</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 73.

<sup>11</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 81.

<sup>12</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 82.

produções são sempre objetivo-subjetivos, "... objetivo em relação ao objeto a que se referem e do qual são o 'reflexo' específico, (...) e subjetivos, no sentido mais geral por causa do papel ativo do sujeito que conhece..."<sup>13</sup>. A atribuição do **status** de objetivo ao conhecimento depende, portanto, do sentido que empregamos o termo, ou seja, se não o concebermos como categoria absoluta.

As reflexões sobre o processo de produção do conhecimento histórico, notadamente no que se refere às relações entre as histórias vividas e os esforços científicos de compreendê-las, a dialética passado/presente, assim como os limites do objeto e do ofício do historiador, têm sido objeto de reflexão e sofrido reformulações da historiografia francesa, cuja influência no Brasil é inquestionável. Conhecida como **nouvelle histoire**, a corrente historiográfica atual é herdeira do pensamento de Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da chamada "**École des Annales**", referente ao grupo de historiadores que se agregou, na década de 30, em torno da revista "**Annales d'histoire économique et sociale**"<sup>14</sup>.

A historiografia francesa, segundo François Dosse, sempre nutriu uma rejeição à filosofia da história. Apesar disso, os fundadores dos **Annales**, Febvre e Bloch, "... são portadores de uma concepção de história, portanto de uma filosofia da história, legível nos conceitos fundadores de sua abordagem histórica..."<sup>15</sup>. Dentre os conceitos inovadores, que representaram um rompimento com a historiografia tradicional positivista, está a correlação passado/presente na construção da história.

*"... Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. (...) O presente ajuda a pesquisa do passado e permite valorizar uma história-problema e enriquecer o conhecimento do passado. A partir desse valor heurístico do presente, os **Annales** defendem uma concepção relativista do discurso histórico, pois devido ao fato de a história estar mergulhada em seu tempo e imersa nos problemas do presente, temos como resultado uma construção do tempo histórico, dos clarões, dos recortes cujos limites são aqueles mesmos que permitiram as pesquisas. Trata-se, portanto, de uma construção a ser cada vez descoberta no momento e no lugar em que ela foi enunciada. Cada época constrói sua representação do passado conforme suas preocupações..."*<sup>16</sup>.

<sup>13</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 89.

<sup>14</sup>DOSSE, François. **A história em migalhas: Dos Annales à Nova História**. trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo : Ensaio; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 49. Revista lançada em 15/01/1929 com o nome "*Annales d'histoire économique et sociale*".

<sup>15</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 66.

<sup>16</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 67.

A dialética presente/passado, assim como a concepção de história como história-problema, recolocou o conhecimento histórico circunscrito ao tempo e lugar de sua produção. Com isso, emerge o caráter relativo, não absoluto, do conhecimento histórico. O passado adquire significação à luz dos problemas presentes.

A inovação historiográfica, representada por alguns historiadores que criaram e mantiveram os **Annales**, ampliou sobremaneira o espectro e a abrangência da produção histórica. O historiador Le Goff discute como a mudança na compreensão do fato histórico, não mais como um objeto pronto e acabado, mas sim como o resultado da construção do historiador, implicou também em uma ampliação dos objetos da história.

*“... Do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, (...) também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: documento é monumento (...). Ao mesmo tempo ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais, são coletados etnotextos. Enfim, o próprio processo de arquivar os documentos foi revolucionado pelo computador. A história quantitativa, da demografia à economia até o cultural, está ligada aos processos dos métodos estatísticos e da informática aplicada às ciências sociais...”<sup>17</sup>.*

Todas as transformações pelas quais passou a História ao longo do século XX resultaram também em esforços para compreender a natureza do ofício do historiador. O próprio Le Goff afirma que a natureza do trabalho do historiador justifica que se tenha reiteradamente colocado a questão da objetividade do historiador e da História:

*“... A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de verdade em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito...”<sup>18</sup>.*

<sup>17</sup>LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas : Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 10.

<sup>18</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 11.

Com isso, o autor afirma a necessidade de se assumir que a História é também uma prática social e que, portanto, resulta da inserção concreta e datada dos historiadores na condição de sujeitos sociais.

As reflexões realizadas no campo da historiografia indicam questões e problemas que transcendem os limites da história e apontam perspectivas para as discussões sobre as teorias e práticas da Arquivística. A compreensão do ofício do historiador como uma prática social implica na necessidade de se evidenciar as questões e problemas que motivaram a realização de um dado estudo e quais foram os caminhos encontrados pelo historiador para a sua realização. Por outro lado, o alargamento da noção de documento e das múltiplas possibilidades de utilização também apresentam novas demandas para a Arquivística.

Essas afirmações apresentam uma proposição diferenciada para a prática arquivística. O arquivista deve, ao executar suas tarefas, explicitar suas concepções e as opções realizadas durante o trabalho. O fato de tornar explícita sua trajetória permite aos pesquisadores e mesmo aos demais arquivistas que farão uso dos documentos dialogar não apenas com o resultado do trabalho do arquivista como também com as concepções que o orientaram.

A premissa de que os arquivistas, assim como os demais sujeitos envolvidos no processo cognitivo, imprimem a sua marca nos trabalhos e que, portanto, devem torná-las explícitas, contrapõe-se a afirmações como a do arquivista italiano Elio Lodolini. Segundo esse autor, um fundo classificado em períodos distintos por pessoas diferentes deve apresentar resultados exatamente iguais:

*“... A reconstituição da ordem original, ao contrário, tem um caráter objetivo; qualquer que seja o arquivista que a aplica a um determinado arquivo ou fundo o resultado é o mesmo. Se se colocasse em desordem por dez ou cem vezes um fundo e se o confiasse para o arranjo a dez ou cem arquivistas diferentes, o resultado final deveria ser sempre idêntico...”<sup>19</sup>.*

É recorrente encontrarmos na teoria arquivística afirmações semelhantes às de Lodolini. Essa afirmação parte da premissa que, cumpridos todos os requisitos e pressupostos técnicos, é possível ao arquivista atingir resultados objetivos e imparciais, livres de juízos de valor.

---

<sup>19</sup>LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid : La Muralla, 1993. p. 152. No original: “... La reconstitución del orden originario, tiene carácter objetivo; quienquiera que sea el archivero que lo aplica a un determinado archivo o fondo, el resultado es el mismo. Si se pusiera en desorden por diez o cien veces un fondo y se le confiasse para la ordenación a diez o cien archiveros diversos, el resultado final tendría que ser siempre idéntico...”

A discussão sobre o caráter valorativo da atividade do arquivista tem suscitado reflexões em outros trabalhos. A dissertação de mestrado apresentada por André Porto Lopes debate os problemas relativos à organização de fontes documentais frente às novas demandas e problemas da historiografia advindos com a nova história. André também compreende que *"... os critérios de seleção e os métodos de arranjo e descrição são portadores de carga ideológica e podem condicionar a construção de uma memória embasada em elementos exógenos; podem ainda, a despeito da seriedade e/ou espírito crítico do historiador, propiciar uma visão restrita da história... (assim), a transparência dos critérios de arranjo, seleção e descrição é um elemento primordial para o estabelecimento dos limites de análise e interpretação dos documentos..."*<sup>20</sup>.

A necessidade de se estudar o papel e as práticas dos arquivistas foi proposta também pelo historiador Ulpiano Bezerra Meneses em seu artigo "A história, cativa da memória?" O objetivo do artigo foi repor a condição de fato social da memória e definir melhor a sua fronteira com a história. Para tal, o autor selecionou cinco problemas centrais: *"... a resgatabilidade da memória, o peso do passado, a memória indivisível, a marginalização do esquecimento e, finalmente, as estratégias e a administração da memória..."*<sup>21</sup>. Para o autor, caracteriza-se usualmente a memória como um objeto concreto, confeccionado no passado. Assim, fala-se em preservação da integridade da memória. Entretanto, Ulpiano discute que a substância da memória não pode ser reduzida a um pacote pronto. Ao contrário, a memória se constitui em um processo contínuo de reconstrução. O resgate da totalidade e da heterogeneidade da memória é, em última análise, uma ilusão.

A memória se reconstitui no presente, a partir de seus problemas e demandas. Assim, o autor afirma que se a seiva da memória se encontra no passado, a sua elaboração se dá no presente. É no presente que a memória adquire forma e significado. Da mesma forma, o presente pode inverter o valor original de um objeto do passado. O objeto antigo recicla a sua função, no presente a função pela qual foi criado adquire um valor cognitivo. Assim, *"... pode-se dizer que a memória não dá conta do passado em suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas do passado poderiam saber, mas sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a história e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente..."*<sup>22</sup>. O autor demonstra, utilizando o exemplo da amnésia patológica,

<sup>20</sup>LOPES, André Porto. **Partidos e associações políticas no Brasil: proposta de tipologia documental**. Dissertação defendida na USP. p. 15

<sup>21</sup>MENESES, Ulpiano T. Bezerra. "A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais." In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

<sup>22</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 13.

que sem o passado o presente torna-se ininteligível. “... A memória é filha do presente. Mas como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto...”<sup>23</sup>.

A memória é associada aos mecanismos de retenção, porém, ela também depende de mecanismos de seleção e descarte, “... sem o esquecimento, a memória humana é impossível...”<sup>24</sup>. Assim a compreensão da memória não depende somente do que se preservou mas também do desvendamento do significado do que se esqueceu. O autor cita, a esse respeito, as pesquisas sobre a amnésia na história dos excluídos, afirmando que não é suficiente dar voz aos excluídos, deve-se também buscar compreender as significações do silêncio e do esquecimento. Da mesma forma, deve-se buscar compreender o significado das lacunas e ausências de fundo documental.

Entre as questões discutidas por Ulpiano, a que tange mais diretamente à prática arquivística é a gestão da memória. Segundo o autor, há uma tendência a reduzir a memória a seus produtos. Assim, fragmentos de acervos ou fundos específicos são tomados como “a memória” da instituição ou mesmo do setor do qual ela faz parte. Dessa forma, por exemplo, o fundo de uma indústria é considerado como a memória da indústria. Com isso há o risco de reificação da memória e, sobretudo, de se encobrirem as diferenças, as heterogeneidades e as desigualdades.

Ulpiano observa que “... para cobrir a problemática social da memória é necessário considerá-la não somente o sistema (os mecanismos, os suportes/ vetores/ referenciais), os conteúdos (as representações), mas também incluir os agentes e suas práticas (...). Sem a investigação sobre os agentes da memória - os bardos e rapsódos da epopéia, os escribas e escritas, feiticeiros, líderes políticos e religiosos, arquivistas, museólogos, adolescentes, alunos, recrutas, turistas, etc, etc, etc. - debilita-se o estudo da memória...”<sup>25</sup>. Assim, no processo de organização dos documentos, o arquivista se constitui em um agente que interfere na construção da memória, criando uma imagem possível da instituição produtora do fundo e, em última análise, da própria sociedade.

Estudar o desenvolvimento da teoria e da prática arquivística, assim como a sua historicidade, permitirá compreender as características e peculiaridades do sujeito que interfere na construção da memória de maneira completamente diferenciada dos demais agentes citados pelo autor. Essa diferença deve-se sobretudo à própria natureza dos princípios teóricos e técnicos da arquivística.

---

<sup>23</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 14.

<sup>24</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 16.

<sup>25</sup>Id. *ibid.*, op. cit., p. 20.

Entretanto, não houve a pretensão de esgotarmos nesse trabalho a discussão sobre o desenvolvimento e a natureza do conhecimento arquivístico e seus desdobramentos na construção da memória. As questões apresentadas aqui buscaram contribuir para um debate ainda incipiente na arquivística e que possui importância tanto para a compreensão teórica como para o desenvolvimento das atividades práticas da arquivística.

## Referências Bibliográficas

- ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Manuel d'archivistique**. Paris : SEVPEN, 1970.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1991.
- BLOCH, Marc. **Uma introdução à história**.
- CHAMPAGNE, M., CHOUINARD, D. **Le traitement d'un fond d'archives: ces documents historiques**. Montréal : Documentor, 1987.
- CAAR, Eduard. **O que é história?** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- COOK, T. **La evaluation archivistica de los documentos que contienen informaciones personales: um estudio del RAMP com directrices**. Paris : Unesco, 1991.
- COUTURE, Carol. Notions fondamentales de l'archivistique intégrée (partie 1). CONGRÉS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 12., 1992, Montréal. **Anais...** Montreal : CIA, [1992].
- \_\_\_\_\_, ROUSSEAU, Jean Yves. **Les archives au XXe siècle**. Montréal : Université de Montreal, 1982.
- DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. São Paulo : AAB/Cenadem, 1990.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à nova História**. São Paulo : Ensaio; Campinas : Ed. Unicamp, 1992.
- DUCHEIN, Michel. Archives, archivistiques, archivistique: definitions e problematique. In: **La pratique archivistique française**. Paris : Archives Nationales, 1993.
- \_\_\_\_\_. El respecto de los fondos en Archivistica. **Revista del Archivo General de la Nación**, Buenos Aires, v. 5, p. 7-31, 1976.
- FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris : Presses Universitaires de France, 1965.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística: teoria e prática**. Sevilla : Diputación Provincial, 1990.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Dictionary of archival terminology**. New York : P. Walne, 1984.

\_\_\_\_\_. **ISAD (G): norme générale et internationale de description archivistique: adapté par la commission ad hoc sur les normes de description**. Stockholm, Suède, 21-23 jan. 1993. (Versão final adotada pelo CIA). Ottawa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: Ed. da Univ. Est. de Campinas, 1992.

LODOLINI, E. **Archivística: principios y problemas**. Madrid : La Muralla, 1993.

LOPES, André Porto. **Partido e associações políticas no Brasil: proposta de tipologia documental**. Dissertação - USP

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. "A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais". In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

NOUGARET, Christine. **Classement et description: des principes à la pratique**. In: **La pratique archivistique française**. Paris : Archives Nationales, 1993.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro : FGV, 1980.

\_\_\_\_\_. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro : FGV, 1973.

## Biografia

Nascida em São Paulo, em 1967, Rosane Montiel graduou-se em História pela Universidade de São Paulo, onde também desenvolveu mestrado em História Social. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.



Membro do Conselho Internacional  
de Arquivos CIA/UNESCO

Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco 07,  
NOVACAP - Brasília - DF - CEP 71.215-000  
Telefone: 361-1454/Fax: 233-2191  
<http://www.gdf.gov.br/sec/sce/arpdf>  
E-mail: [arpdf@gdf.gov.br](mailto:arpdf@gdf.gov.br)

## ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO DF

### PROJETO GRÁFICO

Editor de Arte: Oswaldo Sergio (Dinho)

Revisor: Fernando Brandão

Acompanhamento/Contatos: Sara Bernal

Editoração Eletrônica: Dilson Faria Neves

Divulgação: Carmelita Gomes Rodrigues

Reprodução Fotográfica: Marta Célia Bezerra Vale, Joaquim Firmino Cosmo

Fotótipo e Impressão: Gráfica da Novacap

### EQUIPE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

#### SUPERINTENDÊNCIA

Walter Albuquerque Mello (Superintendente) - Vânia Maria M. Caldas (Chefe de Gabinete) - Paulo Marcelo de Carvalho, Sebastião Afonso M. Fonseca, Gustavo Itajahy Prado de Azevedo (Assessores) - Rosângela Souza de Moraes, Wilma Yaeko Sakamoto

#### NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL

Vanderlei Batista dos Santos (Chefe) - Edson da Mota Fernandes, Elizabete Silva Oliveira, Luiz Carlos M. Martins, Marlei Divina de Lima Gomes

#### NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Fêrida Cristóvão Lopes (Chefe) - Aldair Silva Couto, Paulo César Gusmão, Vilma Mesquita

#### GERÊNCIA DE ARQUIVO PERMANENTE

Lucia Margarida Alheiro da Silva (Gerente) - Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo, Carmen Valéria Soares Rocha Villar, Elza Maria Gomes Ribeiro, Jackson Cavalcanti Júnior, Joaquim Firmino Cosmo, Marcelo Gomes Durães, Marta Célia Bezerra Vale, Paloma Siqueira Fonseca, Sandra Suelene Torres, Sevilia Maria Ximenes, Vani Rodrigues, Vera Lúcia Pereira Duarte

#### GERÊNCIA CULTURAL

Sara Bernal (Gerente) - Carmelita Gomes Rodrigues, Cleverton de Jesus Silva, Fernando Brandão, Dilson Faria Neves, Maria Aparecida Lima de Araújo, Oswaldo Sergio Balbino dos Santos

#### GERÊNCIA DE PESQUISA

Marli Guedes da Costa (Gerente) - Flávia Gleice dos Reis, Marco Aurélio de Lemos Santos, Margareth de Souza, Tereza Eleutério de Sousa, Vânia Lucia Alheiro Rosa, Zila Silva

#### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Luiz Fernando Corrêa Silva (Chefe) - Jarvisvaldo Nunes de Souza, José Freitas, José Leonardo C. de Queiroz, Joselita Pereira de S. Sousa, Justino Moura de Sousa, Jomar Nickerson de Almeida, Lúcia Maria Damasceno Fernandes, Manoel Pedro dos Santos, Maria de Fátima B. Rodrigues, Maria da Conceição M. C. Pernambuco, Maria Genuina C. Martins, Mariúcia Medeiros F. Rosendo, Oswaldo Pereira N. Neto

**BIBLIOTECA - ArPDF**

**ARQUIVO  
PÚBLICO**



DO DISTRITO FEDERAL



**FUNDAÇÃO CULTURAL  
DO DISTRITO FEDERAL**



**NOVACAP**

**SECRETARIA  
DE CULTURA  
E ESPORTE**



**GOVERNO DO  
DISTRITO  
FEDERAL**

*O povo em 1.º lugar*